



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO  
Planejamento

- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
418	Na entrega de cargo pelo sucedido a seu sucessor esta sendo providenciado os seguintes documentos: -relação das despesas sujeitas à aplicação do disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/193, especialmente relativo ao cumprimento da ordem cronológica das exigibilidades, por fonte de recursos, de modo a oportunizar ao sucessor, desde o inicio do mandato o pagamento das despesas em aberto em respeito à Lei, devidamente assinada pelo gestor, contador e responsável pela tesouraria?	X		06/09/2017	SUGIRO QUE ESTA QUESTÃO SEJA FEITA NO PERIODO PERTINENTE , OU SEJA NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE
419	Na entrega de cargo pelo sucedido a seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: - demonstrativo das obrigações contraídas e não pagas até o encerramento do corrente exercício, inscrito ou não em restos a pagar?	X		06/09/2017	SUGIRO QUE ESTA QUESTÃO SEJA FEITA NO PERIODO PERTINENTE , OU SEJA NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE
420	Na entrega de cargo pelo sucedido a seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: - demonstrativo da dívida fundada interna e externa, bem como de operações de crédito por antecipação da receita (ARO) não quitadas?	X		06/09/2017	SUGIRO QUE ESTA QUESTÃO SEJA FEITA NO PERIODO PERTINENTE , OU SEJA NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE

- RECEITA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
416	A receita de serviços é suficiente para cobrir os seus custos e, conseqüentemente, mantê-lo em condições de funcionamento adequado e eficiente, inclusive de atender ao crescimento da demanda?	X		06/09/2017	APESAR DA RESPOSTA AFIRMATIVA, O MUNICIPIO NÃO POSSUI UM SETOR PARA LEVANTAR OS CUSTOS DE CADA SERVIÇO, E TEM SERVIÇOS QUE SEU CUSTO É MAIOR QUE A RECEITA POR EXEMPLO DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO , SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM RUAS E AVENIDAS.



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO  
Planejamento

- INFORMAÇÕES E DIVULGAÇÃO					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
163	O sistema de informação tem por objetivo possibilitar a apuração e a avaliação dos custos de atividades de qualquer natureza?	X		06/09/2017	A RESPOSTA FOI AFIRMATIVA, PORÉM TENHO DÚVIDAS QUANTO A ESSA QUESTÃO. GOSTARIA QUE A RESPONSÁVEL FIZESSE ESSA QUESTÃO A ADMINISTRADORA DO SOFTWARE.
164	O sistema de informação tem por objetivo possibilitar o acompanhamento dos efeitos das decisões de caráter gerencial sobre o fluxo de caixa sobre o patrimônio financeiro da entidade?	X		06/09/2017	A RESPOSTA FOI AFIRMATIVA DEVIDO AO SISTEMA GERENCIAL PARARLELO, PORÉM GOSTARIA DE MAIORES EXPLICAÇÕES QUANTO AO TEOR DESSA QUESTÃO.
166	O sistema de informação tem conhecimento de aspectos da organização, tais como; a) da sua estrutura organizacional, ou seja, do conhecimento dos órgãos da administração central e da administração descentralizada; b) das funções de cada órgão e das atividades que cada um executa; c) do processo decisório, ou seja, de quem é quem na organização; d) do processo da execução das atividades de cada órgão?	X		06/09/2017	GOSTARIA DE MAIORES EXPLICAÇÕES DA CHEFE DO CONTROLE INTERNO QUANTO A ESSA QUESTÃO. POIS NÃO CONSEGUI ENTENDER O TEOR DA MESMA.

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Planejamento**

<b>- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
365	As prestações de contas do legislativo municipal são baixadas na contabilidade do município em contrapartida na conta "suprimentos", e o seu saldo é igual ao saldo bancário do legislativo?	X		06/09/2017	
368	Os valores pagos de amortização da dívida fundada interna, estão sendo registrados no sistema patrimonial, atendendo os princípios contábeis?	X		06/09/2017	
370	O setor emitiu e encaminhou aos órgãos competentes, relatório circunstanciado do balanço consolidado ou individual de cada unidade?	X		06/09/2017	
371	O setor mantém controles objetivando o equilíbrio financeiro, atendendo o disposto na Lei 4.320/64, art.48, "b"?	X		06/09/2017	
384	Quando verificados saldos impróprios nas contas contábeis dos sistemas financeiros, patrimonial, compensado e orçamentário, foi procedida a regularização dos mesmos?	X		06/09/2017	
385	Os créditos adicionais suplementares ou especiais, são abertos com a indicação dos recursos correspondentes e com prévia autorização legislativa e decreto executivo, de acordo com a Lei 4.320/64 e art.167 incisos V e VI da Constituição Federal?	X		06/09/2017	
386	Os créditos adicionais abertos por conta de recursos do excesso de arrecadação, entre a arrecadação prevista e a realizada foi devidamente comprovado e está de acordo com a Lei 4.320/64 e art.167 inciso V da CF)?	X		06/09/2017	
388	O setor mantém controles para não contrair obrigações nos dois últimos quadrimestres do mandato sem disponibilidades de caixa, nos termos do parágrafo único e caput do art.42 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)?	X		06/09/2017	
398	Os créditos especiais para novas despesas são procedidos de autorização legislativa, decreto executivo, existência de recursos e justificativa? (art. 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64).	X		06/09/2017	
399	É observado para promover o cancelamento dos restos a pagar que prescreveram (prazo os anos), conforme Decreto Federal nº 2.0910/32?	X		06/09/2017	
403	A contabilidade possui controle atualizado das	X		06/09/2017	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Planejamento

- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
	dividas de financiamentos e débitos consolidados?					
405	A administração contábil, exerce controle de gestão financeira e econômica sobre os resultados financeiros e econômicos (metas fiscais), previamente programados, para verificar se foram ou não alcançados;	X		06/09/2017		
406	A administração contábil, exerce controle de gestão econômica e patrimonial sobre o patrimônio econômico-administrativo para verificar e avaliar as alterações quantitativas e qualitativas substanciais, bem como os seus efeitos, se positivos ou se negativos;	X		06/09/2017		
407	A contabilidade atua com eficácia da informação, com diretrizes e observação para que toda e qualquer operação deva ser contabilizada?	X		06/09/2017		
408	A contabilidade atua com eficácia, mantendo a escrituração em dia?	X		06/09/2017		
409	A contabilidade atua com eficácia, apresentando os relatórios exigidos pela administração e pela legislação pertinente?	X		06/09/2017		
410	A contabilidade atua com eficácia e o planejamento das contas atende os objetivos da instituição, bem como se entrosar com os demais dispositivos de controle geral, estruturados pela atividade de controle atinja o grau de eficácia esperado?	X		06/09/2017		
411	Os serviços de contabilidade são organizados de forma a permitir evidenciar perante a fazenda pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados?	X		06/09/2017		
413	Os serviços de contabilidade são organizados e permitem o acompanhamento da execução orçamentária: o conhecimento da composição patrimonial; a determinação dos custos dos serviços; o levantamento dos balanços gerais; a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros?	X		06/09/2017		
470	O setor articula-se com a contadoria geral do município, objetivando a perfeita e correta aplicação dos percentuais financeiros, no desenvolvimento e manutenção do ensino	X		06/09/2017		



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO  
Planejamento

- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
	fundamental?					

- DESPESA						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
390	Nos processos de despesas públicas, é observada a obrigatoriedade do cumprimento legal? (art. 63 § 1º e 2º da Lei 4.320/64).	X		06/09/2017		
431	As despesas com publicidades, decorrentes de ato legal ou administrativo, é verificado a eficácia da publicidade, na forma da lei, para devido pagamento? (art. 111, parágrafo único da Constituição Estadual).	X		06/09/2017		

- RECEITA						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
364	Os recursos provenientes de alienações de bens são registrados e aplicados nos termos dos arts. 44 e 50, inciso I da LRF?	X		06/09/2017		
366	Está sendo utilizada uma metodologia realista na previsão da receita no orçamento municipal, de modo a não superestimá-la em desacordo aos princípios técnicos de orçamentação, contrariando o disposto no art. 30 da Lei 4.320/64?	X		06/09/2017		

- OPERAÇÕES DE CRÉDITOS						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
362	As receitas registradas de operações de crédito após o seu registro no fluxo orçamentário, é lançada automaticamente no sistema patrimonial em conformidade com os princípios contábeis?	X		06/09/2017		



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO  
Planejamento

- LIMITES CONSTITUCIONAIS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
192	O limite entre 5 a 8% (cinco a oito por cento), da receita tributária e das transferências previstas no art. 153 inciso 5º e arts. 158 e 159, ambos da Constituição Federal de 1988, efetivamente realizada no exercício anterior, para o total da despesa do poder legislativo, excluindo-se os inativos (art. 29-A da Constituição Federal), está sendo cumprido?	X		06/09/2017	
378	O setor acompanha o cumprimento do limite constitucional da aplicação mínima de 25% (vinte e cinco por cento), da receita de impostos, incluídas as transferências de impostos?	X		06/09/2017	
379	O setor acompanha o cumprimento da aplicação do percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), incidentes sobre os 25% (vinte e cinco por cento), dos impostos e transferências de impostos, conforme caput, do art. 60, do ato das disposições constitucionais transitórias, alterado pela emenda constitucional nº 14?	X		06/09/2017	
380	O setor acompanha o cumprimento da aplicação do percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) dos recursos oriundos do FUNDEF na remuneração dos profissionais do magistério? (art. 60, § 5º da CF atos das disposições constitucionais transitórias)	X		06/09/2017	
381	O setor acompanha o cumprimento da aplicação do percentual mínimo em despesas com ações e serviços públicos de saúde em relação às receitas de impostos e transferência de impostos (art. 198 da CF combinando com o art. 77 do ato das disposições constitucionais na realização da despesa), está sendo observada a classificação funcional programática, econômica e elementos de despesa? (Lei 4.320/64 e posteriores alterações).	X		06/09/2017	

- DÍVIDA ATIVA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
363	As receitas registradas, originadas pela cobrança de dívida ativa, após o seu ingresso é baixada nos créditos lançados no sistema patrimonial?	X		06/09/2017	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO  
Planejamento

- AÇÃO GOVERNAMENTAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
125	A realização da receita está de acordo com as metas definidas no anexo de metas fiscais?	X		06/09/2017	
129	Das receitas previstas é obrigatório até 30 dias após a publicação do orçamento, realizar o desdobramento em metas bimestrais de arrecadação, especificando em separado, quando cabível, as medidas de combate à evasão fiscal e a sonegação?	X		06/09/2017	
138	O vice-prefeito tem participação efetiva nas audiências públicas de planejamento municipal, em especial na elaboração do PPA, LDO e LOA?	X		06/09/2017	
167	A criação, a expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarretem elevação da despesa, conforme o art. 16, da Lei 101/00, estão sendo acompanhados de informações sobre a estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subseqüentes, e de declaração do agente ordenador de que essas alterações têm adequação orçamentária e financeira e estão compatíveis com o PPA e com a LDO? (art.16 da LC nº 101/2000).	X		06/09/2017	
168	São realizados estudos para identificação do volume de recursos em cada uma das fontes de financiamentos para elaboração do orçamento da receita para o período de cada uma das unidades gestoras;	X		06/09/2017	
169	São realizados estudos (PPA) para apuração dos gastos com a manutenção da máquina administrativa e definição das disponibilidades financeiras para criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental?	X		06/09/2017	
170	São realizados estudos (PPA), para definição dos programas e das ações de governo em planilhas com identificação do diagnóstico, diretrizes, objetivos, produto, unidade de medida, metas físicas e financeiras e fontes de financiamento, baseado no resultado da audiência pública?	X		06/09/2017	
171	As audiências públicas são conduzidas com o objetivo de permitir a participação da sociedade organizada nos processos de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento governamental e na avaliação do cumprimento das metas fixadas para cada quadrimestre ou semestre? (art. 9º, § 4º e 48, § único da LRF).	X		06/09/2017	
173	São realizados estudos (LDO) para identificar o	X		06/09/2017	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Planejamento**

<b>- AÇÃO GOVERNAMENTAL</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
	volume de recursos em cada uma das fontes de financiamento e elaboração do orçamento da receita para cada uma das unidades gestoras para o exercício seguinte?				
174	São realizados estudos para apuração dos gastos com manutenção da máquina administrativa e cálculo das disponibilidades financeiras para o financiamento das prioridades e metas da administração para o exercício seguinte, extraída dos objetivos e metas estabelecidas no PPA e aprovadas em audiência pública? (art. 165, II § 2º da CF e 48, § único da LRF).	X		06/09/2017	
175	Foram definidos os programas (LDO) e das ações de governo compatíveis com o PPA, demonstradas em planilhas com identificação do diagnóstico, diretrizes, objetivos, produto, unidade de medida, metas físicas e financeiras e fontes de financiamentos, baseado no resultado da audiência pública?	X		06/09/2017	
176	As audiências públicas no processo de elaboração da LDO estão sendo agendadas e convocadas pelo executivo municipal, encarregado de preparar os dados e informações necessárias para o debate popular?	X		06/09/2017	
177	Na elaboração do texto do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, dispendo sobre o orçamento da receita e da despesa, estabelece as prioridades e metas da administração para o exercício seguinte, extraídas do PPA e aprovadas em audiência pública? (art. 165, II, § 2º da CF).	X		06/09/2017	
178	O Projeto de Lei da LDO orienta para: - alteração da legislação tributária; - autoriza criar cargos, empregos e funções, concessão de vantagens, concessão de aumento aos servidores, alteração da estrutura de carreira, admissão de pessoal a qualquer título; - equilíbrio entre receita e despesa: - limitação de empenho; - controle de custos; - avaliação de resultado dos programas; - condição p/ transa a entidades públicas e privadas; - estabelecimento de metas fiscais para receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e montante da dívida; - avaliação do cumprimento de metas do ano anterior; - registro de memória e metodologia de cálculo para justificar as metas anuais pretendidas; - demonstração da origem e aplicação dos recursos de alienação de ativos; - avaliação da situação financeira e atuarial; - estimativa e	X		06/09/2017	





**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA**

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO**

**Planejamento**

- AÇÃO GOVERNAMENTAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
	compensação da renúncia de receita; - margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado; - reserva de recursos para os riscos fiscais; - definição da forma de utilização e montante da reserva de contingência; - programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso; - definição de despesa irrelevante para a dispensa da estimativa de impacto orçamentário e financeiro; - prioridade para obras em andamento e conservação do patrimônio sobre projetos novos; -autorização para assumir custeio de competência de outros entes; - definição dos incentivos ou benefícios tributários - renúncia de receita?				
179	No planejamento da Lei Orçamentária Anual foram realizados estudos para identificação do volume de recursos em cada uma das fontes de financiamento e elaboração do orçamento da receita para cada uma das unidades gestoras para o exercício seguinte?	X		06/09/2017	
180	Estão sendo realizados estudos para a apuração dos gastos com manutenção da máquina administrativa e cálculo das possibilidades financeiras para financiamento das prioridades e metas para o exercício seguinte, extraída da LDO e aprovadas em audiência pública? (art. 165, III § 5º da CF e 48, § único da LRF).	X		06/09/2017	
181	Está sendo elaborado mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária à Câmara Municipal na forma estabelecida na LDO? (art. 22, I da Lei 4.320/64).	X		06/09/2017	
182	A Lei Orçamentária Anual, devolvida ao poder executivo para sanção, está sendo observado o prazo de até 15 dias contados da data do seu recebimento?	X		06/09/2017	
183	Está sendo dada ampla publicação do texto da Lei Orçamentária Anual, no órgão oficial do município, inclusive em meios eletrônicos/ (art. 48 da LRF).	X		06/09/2017	
191	Na elaboração do PPA é procedido a exposição de motivos e ofício de encaminhamento à câmara municipal conforme definido na lei orgânica ou outro instrumento legal?	X		06/09/2017	
203	Os decretos de alterações orçamentárias especificam no seu preâmbulo a lei autorizativa a que se referem?	X		06/09/2017	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO  
Planejamento

- AÇÃO GOVERNAMENTAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
401	Para elaboração da LOA, são observados dados pertencentes ao PPA e LDO vigente, e posteriormente encaminhado ao legislativo dentro do prazo legal?	X		06/09/2017	
402	O poder executivo municipal, tem realizado audiências públicas para elaboração da LDO e LOA?	X		06/09/2017	
404	O município tem efetuado audiência pública com intuito de demonstrar o cumprimento das metas fiscais?	X		06/09/2017	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO  
Planejamento

- INFORMAÇÕES E DIVULGAÇÃO					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
149	Os comprovantes de despesa com publicidade atendem plenamente as exigências de liquidação das mesmas?	X		06/09/2017	
151	O sistema de informações orçamentário, se ocupa de classificar e informar sobre as transações efetivas de natureza financeira, resultantes ou não da execução do orçamento, que produzam efeitos sobre o fluxo de caixa e o patrimônio financeiro da entidade governamental?	X		06/09/2017	
152	O sistema de informações orçamentário, se ocupa de classificar e informar sobre as operações ou transações de caráter econômico resultantes ou não da execução orçamentárias, e que produziram efeitos de caráter econômico sobre o patrimônio da entidade?	X		06/09/2017	
153	O sistema de informações orçamentário, se ocupa de classificar e informar sobre a execução de atividades das mais variadas naturezas nas várias áreas de atuação governamental, as quais envolvem responsabilidade da organização, inclusive dos respectivos gestores, no cumprimento dos prazos e das metas de caráter financeiro, econômico e social?	X		06/09/2017	
154	O sistema de informações tem por objetivo evidenciar a composição patrimonial e situação econômico-financeira da entidade, com observação dos princípios fundamentais de contabilidade/	X		06/09/2017	
155	O sistema de informação tem por objetivo evidenciar os resultados obtidos nas operações da entidade e especialmente, das unidades de gestão nas atividades pelas quais são responsáveis e desenvolvidas nas áreas de atuação?	X		06/09/2017	
156	O sistema de informação tem por objetivo evidenciar os bens e valores de qualquer natureza pertencentes ou confiados à guarda ou custódia da entidade, bem como a localização da sua origem e da sua destinação?	X		06/09/2017	
157	O sistema de informação tem por objetivo evidenciar os resultados da gestão de programas especiais de trabalho, cujos recursos financeiros neles empregados provieram de receitas especificadas que, por lei, lhes foram destinadas?	X		06/09/2017	
159	O sistema de informação tem por objetivo	X		06/09/2017	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO  
Planejamento

- INFORMAÇÕES E DIVULGAÇÃO					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
	evidenciar as responsabilidades de todos quantos de qualquer modo arrecadem receitas, efetuem despesas ou guardem bens pertencentes ou confiados à entidade/				
160	O sistema de informação tem por objetivo evidenciar o volume de recursos movimentados por área de responsabilidade, bem como por toda a organização?	X		06/09/2017	
161	O sistema de informação tem por objetivo possibilitar comparações e verificações?	X		06/09/2017	
165	O sistema de informação tem por objetivo possibilitar o acompanhamento e a avaliação da execução das metas fiscais e da evolução do patrimônio líquido?	X		06/09/2017	

soc, 06/09/17

CLAUDETE APARECIDA BETINI  
DIRETORA DE FINANÇAS



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - BA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Planejamento

- LIMITES CONSTITUCIONAIS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
83	Os gastos com pessoal são analisados periodicamente quanto aos limites legais?	X		06/09/2017	ATRAVÉS DE RELATÓRIOS GERENCIAIS
85	Os gastos com a saúde são acompanhadas periodicamente quanto aos limites constitucionais?	X		06/09/2017	ATRAVÉS DE RELATÓRIOS GERENCIAIS

- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
7	A abertura de créditos adicionais, transposição, transferência e remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra é feita com autorização legislativa?	X		06/09/2017	

- PRECATÓRIOS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
90	Os eventuais precatórios são incluídos no orçamento?	X		06/09/2017	
91	Os eventuais precatórios são registrados na contabilidade?	X		06/09/2017	

- LIMITES CONSTITUCIONAIS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
82	O endividamento do órgão/entidade é acompanhado periodicamente quanto aos limites constitucionais?	X		06/09/2017	
84	As aplicações em educação, inclusive FUNDEF, são acompanhadas periodicamente quanto aos limites constitucionais?	X		06/09/2017	

g



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - BA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Planejamento

- AÇÃO GOVERNAMENTAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
87	Os programas/projetos previstos no PPA constam da LOA e da LDO?	X		06/09/2017	
88	O nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do seu gerenciamento são objeto de análise sob o aspecto da economicidade?	X		06/09/2017	

3cc, 06/09/17

---

CLAUDETE APARECIDA BETINI  
DIRETORA DE FINANÇAS



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - BA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Serviço da Dívida Pública

- OPERAÇÕES DE CRÉDITOS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
59	Existem arquivos com controles específicos de todos os empréstimos tomados pelo município, contendo as autorizações legais para contra-los, os contratos, valores, prazos, desembolsos ou amortizações, bem como aditamentos que elevem o valor da dívida ou modifiquem prazos contratuais?	X		06/09/2017	A RESPOSTA FOI AFIRMATIVA, POIS SE O MUNICIPIO TIVESSE CONTRAÍDO EMPRESTIMOS EXISTIRIA ARQUIVOS., PORÉM O MUNICIPIO NÃO CONTRAIU EMPRESTIMOS ATÉ O PERÍODO.

- LIMITES DE ENDIVIDAMENTO					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
60	Na hipóteses da dívida consolidada do município encontrar-se próxima dos limites fixados na Resolução nº 40, do Senado Federal, são emitidos alertas?	X		06/09/2017	

CLAUDETE APARECIDA BETINI  
DIRETORA DE FINANÇAS

Scc, 06/09/17.

Sra. Chefe do Controle Interno atente-se pela mudança - no relatório do Programa de Trabalho do Controle Interno para que este seja alterado por TCE-SP.  
Scc, 06/09/17